

PEFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

(anteriormente Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento)

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80

PEFISA

RELATÓRIO DA DIRETORIA

A PEFISA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, mesmo diante de um contexto macroeconômico complicado com a economia mundial em desaceleração, é a primeira financeira originada em um varejista a oferecer aos clientes um espaço financeiro exclusivo para atender a pessoas físicas com serviços financeiros digitais sem complicações. Fundada em 1980, a *fintech* está preparada para auxiliar seus clientes desenvolvendo soluções personalizadas, como contas PJ, integrações Pix e seguros, por isso nosso foco segue no fornecimento de produtos e serviços inovadores o que tem ressoado junto dos nossos clientes. O ano de 2022, no contexto macroeconômico foi um período de inflação alta, somado a um aumento da taxa de juros, tudo isso associado à implementação de um conjunto de políticas com objetivo principal de conter maiores avanços na inflação, e um cenário de crise de inadimplência sentida pelo mercado. Neste contexto, a Carteira de Crédito atingiu o total de R\$ 3,3 bilhões (incremento de 46,7% sobre o ano anterior), e tem em sua alavanca de crescimento o potencial de capilaridade dos nossos parceiros, bem como as mais de 500 lojas da Pernambucanas. Amparados em uma consistente análise de crédito através de nossos modelos baseados nos dados de *Bureau* de Crédito Positivo, somado aos sistemas de inteligência artificial para avaliação de crédito, o que reduz nosso nível de exposição à inadimplência. No tocante à prevenção de fraudes, utilizamos ferramentas de identificação digital e prova de vida de forma biométrica o que melhora a experiência do usuário dado baixo grau de burocracia e possibilidade de um *onboarding* 100% digital.

Para as perdas, o ano de 2022 foi o ano de consolidação da estratégia de risco de crédito, segmentada por parceiros, estipulando um critério de política de crédito a depender do público-alvo pretendido, bem como a possibilidade de conceder maiores limites para aqueles clientes com bom histórico de pagador. Fechamos o exercício com um indicador de menor custo de crédito dos últimos 5 anos. Esse indicador pode ser considerado ainda melhor quando comparado com a série histórica, pois já constituímos provisões através do IFRS9, o que significa que todo esse importante aumento de carteira pressiona a provisão pela Perda Esperada.

Ademais dessa performance, a PEFISA, por decisão de estratégia de crédito, reforça sua cobertura para perdas através da adoção antecipada do modelo de Perda Esperada (IFRS9), previsto pelo BACEN somente para 2024. Com a adoção desta metodologia, encerramos o exercício de 2022 com R\$ 136,1 milhões de provisões adicionais ao mínimo requerido pelo critério local (Resolução nº 2.682) e com índice de cobertura de 104,7%, gerando robustez e solvência para o balanço da Companhia. Os destaques operacionais do segundo semestre incluem:

- A produção dos cartões *private label* voltou a crescer e atingiu 86 mil cartões em dezembro de 2022, com uma taxa de aprovação de 46%. Foram produzidos cerca de 850 mil cartões em dezembro de 2022, impulsionado pela nossa capacidade de emissão de cartões *private label* em 7 minutos e 13 minutos cartões bandeirados.
- O crescimento de receita bruta foi +76%¹ versus 4T21. Retomamos o crescimento da carteira, que com o efeito da pandemia, vinha decrescendo desde 2020, cujo reflexo está no aumento de +42,4%¹ na Carteira em dia e +46,7%¹ na Carteira Total. O crescimento da carteira puxou o aumento da receita, atingindo +19,3% no ano. Já a perda cresceu +15,8% e, em conjunto com a receita, gerou um resultado de crédito de R\$ 129MM¹, um aumento de +48,4%, em relação ao ano anterior.

Fechamos o ano com carteira comercial +44,8% contra o ano anterior¹ e Carteira Total +46,7%¹ passando a ter uma carteira acima de R\$ 3 bilhões¹.

- As receitas totais cresceram +19,3%¹ no ano, influenciadas pelas Receitas de Juros e Tarifas. No acumulado do ano, com o aumento da carteira de crédito, temos a retomada da receita da financeira com o crescimento de +19,1%¹ versus 2021 puxada sobretudo pela Receita de Juros (+20,1¹ versus contra o ano anterior), Receita de tarifas (+21,6¹ versus contra o ano anterior), Receita de Empréstimo Pessoal (+18,4¹ versus contra o ano anterior) e Receita de Seguros (+9,9¹ versus contra o ano anterior).

Destacamos as novas parcerias no período; dentre elas: (i) emissão do cartão Top em Parceria com a Autopass; (ii) passamos a emitir a variante grafite do cartão de crédito com benefícios diferenciados, com atendimento destinado a clientes alta renda; (iii) finalizamos as negociações junto à S.E. Palmeiras para emissão do Palmeiras Pay, em parceria com a operadora Elo, que já conta com 85 mil usuários; (iv) seremos também os emissores do cartão bandeirado na variante Nanquim, para a marca Carmen Steffens, gerando potencial de maior faturamento com a bandeira Elo, bem como o aumento da base de clientes para o público de alta renda.

Desempenhamos esforços no desenvolvimento do canal próprio da PEFISA, que já conta com 10 unidades. Outro importante movimento, é nossa atuação como BaaS (*Banking as a Service*). Houve ainda a Campanha Especial "Limpa Nome" em toda a Pernambucanas e o engajamento das lojas foi acima do esperado. Fomentamos a recuperação nas lojas com a "Campanha Limpa Nome" que contribuiu com R\$ 28,5MM¹ em nossos recebimentos e também premiou com R\$ 5,00 cada acordo realizado pelo nosso colaborador na loja. Esses resultados positivos podem ser atribuídos à nossa longa experiência em administração de crédito para as classes C, D e E no Brasil e à contínua inovação em nossa plataforma tecnológica como nossa emissão instantânea de cartões.

Seguimos com a consistente busca por eficiência de tesouraria via antecipação de recebíveis, além de desempenhar esforços junto a nossos parceiros para ganharmos cada vez mais relevância no mercado nos produtos de aquisição. Nossos esforços de redução de custos e otimização de processos, com ações para acelerar nossa evolução tecnológica, ao passo que unificamos nossas aplicações de tecnologia, possibilitando a PEFISA obter maior governança fortalecendo nossa proposta de produtos 100% digitais.

Estamos entusiasmados com nossos sólidos resultados financeiros para o ano de 2022, por isto iremos continuar esta dinâmica fortalecendo ainda mais nossa relação com nossos parceiros e clientes. Nossa visão de futuro se inspira na nossa crença de que a tecnologia pode transformar a maneira como as pessoas lidam com seu dinheiro e estamos comprometidos em continuar liderando esse movimento e continuar investindo em nossa plataforma tecnológica para oferecer ainda mais valor aos nossos clientes.

São Paulo, 20 de março de 2023.
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	4	36.421	34.098	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos		2.055.085	1.001.194
Instrumentos financeiros		4.517.094	3.156.130	Instituições financeiras	14	2.025.706	983.712
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	788.309	275.057	Outros clientes	14	29.379	17.482
Títulos e valores mobiliários	6	218.951	362.067	Provisões	15	491.257	460.824
Operações de créditos	8	3.314.214	2.258.557	Contingências		491.257	460.824
Outros instrumentos financeiros	10	195.620	260.449	Outros passivos	16	1.437.132	1.148.511
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(587.082)	(406.844)				
Créditos tributários	11	284.821	265.433	Patrimônio líquido	17	578.113	585.732
Outros ativos	12	79.589	10.940	Capital social		298.000	298.000
Investimento em participação em controlada		2.635	1.000	Reservas		280.113	287.732
Imobilizados	13	175.672	99.652				
Intangíveis	13	149.623	115.701	Total do passivo		4.561.587	3.196.261
(-) Depreciações e amortizações	13	(97.186)	(79.849)				
Total do ativo		4.561.587	3.196.261				

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2º semestre 2022	2022	2021
Receitas da intermediação financeira		505.701	887.981	793.605
Operações de crédito	8	449.327	783.907	756.033
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	56.374	104.074	37.572
Despesas da intermediação financeira		(137.062)	(225.243)	(63.767)
Operações de captação no mercado	14	(137.062)	(225.243)	(63.767)
Resultado bruto da intermediação financeira		368.639	662.738	729.838
Provisão para perdas		(316.609)	(563.966)	(309.045)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(316.609)	(563.966)	(309.045)
Outras receitas (despesas) operacionais		(44.669)	(67.301)	(397.783)
Receitas de prestação de serviços	18	187.974	345.233	292.177
Resultado de participação em controlada		1.446	1.388	(633)
Despesas de pessoal		(22.733)	(38.094)	(38.469)
Outras despesas administrativas	19	(174.612)	(323.339)	(264.508)
Despesas tributárias		(53.328)	(96.884)	(65.787)
Outras receitas / despesas operacionais	20	16.584	44.395	(320.563)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários		7.361	31.471	23.010
Imposto de renda e contribuição social		(19.908)	(10.910)	(11.060)
Provisão para imposto de renda		13.262	(4.357)	-
Provisão para contribuição social		7.290	(3.069)	-
Ativo fiscal diferido		(644)	18.336	(11.060)
Lucro líquido do semestre / exercício		27.269	42.381	11.950
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		0,0915	0,1422	0,0401

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2º semestre 2022	2022	2021
Resultado líquido do semestre / exercício		27.269	42.381	11.950
Outros resultados abrangentes do semestre / exercício		-	-	-
Resultado abrangente do semestre / exercício		27.269	42.381	11.950

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital realizado	Reserva legal	Reserva de lucros Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		298.000	59.600	281.182	-	638.782
Distribuição de dividendos	17	-	-	(62.012)	-	(62.012)
Lucro líquido		-	-	-	11.950	11.950
Destinação de lucros:						
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	(2.988)	(2.988)
Reservas estatutárias	17	-	-	8.962	(8.962)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		298.000	59.600	228.132	-	585.732
Mutações no período		-	-	(53.050)	-	(53.050)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		298.000	59.600	228.132	-	585.732
Distribuição de dividendos	17	-	-	(39.405)	-	(39.405)
Lucro líquido		-	-	-	42.381	42.381
Destinação de lucros:						
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	(10.595)	(10.595)
Reservas estatutárias	17	-	-	31.786	(31.786)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		298.000	59.600	220.513	-	578.113
Mutações do período		-	-	(7.619)	-	(7.619)
Saldos em 30 de junho de 2022		298.000	59.600	178.132	15.112	550.844
Lucro líquido		-	-	-	27.269	27.269
Destinação de lucros:						
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	10.595	(10.595)	-
Reservas estatutárias	17	-	-	31.786	(31.786)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		298.000	59.600	220.513	-	578.113
Mutações do período		-	-	42.381	(15.112)	27.269

(Continua...)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

PEFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

(anteriormente Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento)



C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(...continuação)

1. Contexto operacional

A PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Financiadora”) tem por objetivo a realização de financiamentos para aquisição de bens e serviços e para capital de giro, podendo praticar todas as atividades legalmente admitidas e não vedadas para as sociedades de crédito, financiamento e investimento. A Financiadora é emissora e administra cartões de crédito e contas de pagamento, podendo ainda praticar as atividades a estas afins e os demais procedimentos necessários para a sua colocação no mercado, na forma da legislação em vigor, sendo participante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) e demais disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, dos dispositivos contábeis introduzidos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências, nos estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

(a) Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular BACEN nº 3.959/2019, posteriormente consolidadas na Resolução BCB nº 2/2020, foram incluídas nas Demonstrações Financeiras da PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Desta forma, a Financiadora realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020, atendendo aos requerimentos das respectivas normas, onde as principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade (conforme artigo 23º da Resolução BCB nº 2/2020, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário); os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 20 de março de 2023.

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 e CPC 03 são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, com prazo igual ou inferior a 90 dias, entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da Financiadora são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras de curto prazo.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial, conforme a Circular nº 3.068 do Banco Central do Brasil, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria “Mantidos até o vencimento”.

Os títulos classificados para negociação são apresentados e avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, sendo que as variações são reconhecidas no resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2022, a Financiadora não possuía títulos classificados como disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento.

(e) Operações de crédito, títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas, de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de sessenta dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível “H”, permanecem nessa classificação pelo período de seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

O saldo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Financiadora é composto por Provisão Específica, calculada segundo requisitos mínimos da Resolução nº 2.682 de 21/12/1999 do CMN e por Provisão Adicional, calculada através de Modelos Internos, cuja mensuração considera entre outros, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos em diferentes estágios, como se observa nas definições a seguir:

Estágio 1 - Quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ou temos em conta os instrumentos financeiros que não tenham deteriorado significativamente sua qualidade de crédito desde o reconhecimento inicial.

Nesse estágio, também são incluídas operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do estágio 2;

Estágio 2 - Quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua origem, registra-se uma penalização na provisão maior que no estágio 1. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do estágio 3;

Estágio 3 - Instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. Registra-se uma provisão para toda a vida da operação, mas agravando a PD “*Probability of default*” para 100%.

O detalhamento da composição e o saldo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Financiadora podem ser observados na Nota 9.

(f) Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

(g) Imobilizado

São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear, às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. A Financiadora adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas, conforme descrito na Nota 3 (h). A Financiadora efetua, periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

(h) Intangível

As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Financiadora, são reconhecidos como ativos intangíveis, quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para utilizar o *software*;
- Os gastos atribuíveis ao *software* durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares*.

Gastos de desenvolvimento que não atendam ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(i) Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda foi constituída pela alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro. A contribuição social foi calculada pela alíquota de 16%.

(j) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional, que determinam que a Financiadora deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, às seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

É constituído crédito tributário de imposto de renda (25%) e contribuição social (15%), calculado sobre as diferenças temporais, representadas pelo montante das despesas apropriadas e ainda não dedutíveis para fins do referido imposto e contribuição. O total dos créditos tributários está registrado na rubrica “Outros créditos - diversos” no grupo dos ativos circulante e realizável a longo prazo.

A Medida Provisória nº 1.115 de 28 de abril de 2022 alterou a Lei nº 7.689 de 15/12/1988 e a Lei Complementar nº 105 de 10/01/2001 em seu artigo 1º inciso VII, majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 15% para 16% para o período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022, retornando a 15% a partir de 1º de janeiro de 2023. A majoração vai afetar a Contribuição Social corrente no período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022 e afetando o estoque de crédito tributário que se realizará neste período.

(k) Captações em recursos de aceites cambiais

As captações em recursos de aceites cambiais são registradas pelo valor recebido, acrescidas pelos encargos pactuados e apropriados em cada período mensal.

(l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões e contingências passivas - provisões são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, onde estão sendo contestadas, a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

(m) Provisão para recuperação de ativos (*Impairment*)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

(n) Outros ativos e outros passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

(o) Resultado recorrente / não recorrente

As políticas internas da PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados as sociedades de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira”. Além disto, a Administração da Financiadora considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes.

Atendendo à Resolução BCB nº 2/2020, os resultados não recorrentes estão apresentados na Nota 22.

(p) Plano de implementação da Resolução nº 4.966/21

Conforme previsto no artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/21, a PEFISA elaborou o Plano de Implementação da referida Resolução, no qual as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem apresentar plano para a implementação dos conceitos e os critérios contábeis a serem observados na classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como, na constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros. O referido plano foi devidamente aprovado pela Diretoria da Financeira, contudo, faz-se necessário destacar que segue pendente por parte do órgão regulador, a publicação de normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21, principalmente referente ao modelo simplificado de Perda Esperada a ser definido para as instituições classificadas como S4, como no caso da PEFISA. Considerando este contexto, o plano de trabalho da PEFISA contemplará as seguintes etapas:

Avaliação de gaps (2023)

Avaliar e identificar possíveis *gaps* com relação às normativas e definir critérios de implantação específicos, com foco nas principais mudanças, as quais relacionamos abaixo:

- Definição do modelo de negócio e classificação dos instrumentos financeiros;
- Ativo problemático;
- Conceito de cura;
- Renegociação e reestruturação;
- Alocação dos instrumentos financeiros em estágios;
- Prazo de revisão da perda esperada;
- Piso de provisão;
- Grupo homogêneo de risco;
- Taxa efetiva do contrato;
- Novo prazo para *accrual* de juros;
- Write-off*;
- Novos COSIFs;
- Necessidade de incorporar novas informações nos sistemas de origem.

Implantação (2023)

Desenvolvimento e implantação para correção e ou adaptação nas seguintes frentes:

Tecnologia – implantação da taxa efetiva de contrato nos sistemas de origem e alteração da regra de *accrual* de juros de 60 para 90 dias;

Motor de cálculo – incorporar ao motor de cálculo os *gaps* identificados em relação à nova normativa;

Reportes – desenvolver e ou adaptar os reportes (gestão e regulatório) para contemplar os *gaps* identificados;

Novos COSIFs – desenvolver e implementar fluxo contábil para absorver e alimentar novos COSIFs;

Perda fiscal – adaptar fluxo atual de perdas às novas legislações.

Estabilização (2024)

Acompanhamento da implantação e promover a revisão de papéis e responsabilidades quanto à governança, bem como, revisar políticas e procedimentos para incorporar a nova realidade de perdas aos processos de gestão de riscos, gestão de produtos, elaboração de orçamentos, *pricing* e demais *reportings*.

4. Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades		
Moeda nacional	35.720	33.254
Moeda estrangeira	701	844
	<u>36.421</u>	<u>34.098</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
Vencimento até 30 dias	26.122	43.060
	<u>62.543</u>	<u>77.158</u>

As receitas decorrentes das aplicações interfinanceiras são apresentadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários (vide Nota 6).

5. Aplicações interfinanceiras

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações em operações compromissadas		
Vencimento até 365 dias	762.187	231.997
	<u>762.187</u>	<u>231.997</u>

As receitas decorrentes das aplicações interfinanceiras de liquidez e operações compromissadas são apresentadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários (vide Nota 6), com rendimento médio anual de 100,06% a.a. (100,5% a.a. em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“CDI”). O resultado com aplicações interfinanceiras está registrado na rubrica “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” na Demonstração do Resultado.

A composição das aplicações financeiras de liquidez registradas no Balanço Patrimonial está representada por aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 4) e aplicações em operações compromissadas.

6. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários foi classificada na categoria “Mantidos até o vencimento”. De acordo com a categoria estabelecida na regulamentação vigente, estavam assim compostas:

	Valor contábil em dez/22	Valor de mercado em dez/22	Valor contábil em dez/21
Títulos públicos			
Carteira própria			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	218.951	219.040	362.067
	<u>218.951</u>	<u>219.040</u>	<u>362.067</u>
Circulante	132.479	-	362.067
Não Circulante	86.472	-	-

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima). Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º semestre de 2022	2022	2021
Aplicações interfinanceiras de liquidez (vide notas 4 e 5)	40.294	71.106	25.096
Títulos públicos	16.049	32.885	12.372
Outros	31	83	104
Total	<u>56.374</u>	<u>104.074</u>	<u>37.572</u>

7. Instrumentos financeiros derivativos

A Financiadora pode se utilizar de instrumentos financeiros derivativos para atender às suas necessidades próprias, de reduzir a exposição a riscos de mercado e de taxas de juros.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Financiadora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(Continua...)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadão.com.br/publicacoes/>

PEFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

(anteriormente Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento)

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(...continuação)

8. Operações de crédito

As informações da carteira, em 31 de dezembro 2022 e 2021, são assim sumarizadas:

(a) A composição da carteira de operações de crédito e títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito, por modalidade de operação, está assim representada:

	31/12/2022	31/12/2021
Direitos creditórios descontados	157.008	71.820
Risco sacado (i)	25.735	25.549
Capital de giro	15.106	13.256
Operações de crédito	1.240.261	803.227
Total de operações de crédito	1.438.110	913.852
Títulos e créditos a receber (ii)	1.876.104	1.344.705
Total de títulos e créditos a receber	1.876.104	1.344.705
Total da carteira	3.314.214	2.258.557
Circulante	3.247.599	2.213.768
Não Circulante	66.615	44.789

(i) É um processo de antecipação de recebíveis pela modalidade de cessão de crédito, onde a Financiadora antecipa o valor do recebível com deságio ao fornecedor na data solicitada e recebe o valor integral do comprador na data original do pagamento.

(ii) Operações com cartão de crédito *private label* e bandeirado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo de valores renegociados com clientes é no valor de R\$ 257.840 (R\$ 180.837 em 2021).

(b) O vencimento da carteira de operações de crédito apresenta o seguinte perfil:

Prazo	31/12/2022				31/12/2021			
	A vencer		Vencidos		A vencer		Vencidos	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 30 dias	948.887	36,55	100.169	13,97	649.844	35,98	66.946	14,79
De 31 a 60 dias	478.410	18,42	68.958	9,61	267.536	14,81	35.337	7,81
De 61 a 90 dias	336.852	12,97	67.891	9,47	247.908	13,73	45.308	10,01
De 91 a 180 dias	483.447	18,61	215.264	30,01	313.393	17,35	123.618	27,31
De 181 a 365 dias	282.790	10,89	264.931	36,94	282.439	15,64	181.439	40,08
Acima de 365 dias	66.615	2,56	-	-	44.789	2,48	-	-
	<u>2.597.001</u>	<u>100,00</u>	<u>717.213</u>	<u>100,00</u>	<u>1.805.909</u>	<u>100,00</u>	<u>452.648</u>	<u>100,00</u>

(c) Por característica de cliente:

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoa jurídica	197.849	110.625
Pessoa física	3.116.365	2.147.932
	<u>3.314.214</u>	<u>2.258.557</u>

(d) Receitas de operações de crédito

	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Crédito pessoal	427.911	744.868	623.356
Direitos creditórios descontados	20.823	33.442	4.506
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (Nota 9)	593	5.597	128.171
	<u>449.327</u>	<u>783.907</u>	<u>756.033</u>

9. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi movimentada pelos seguintes eventos, nos exercícios e semestres findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial		471.198	372.074
Complemento / reversão		316.609	563.966
Baixas contra a provisão		(200.725)	(383.728)
		<u>587.082</u>	<u>406.844</u>

Composição da carteira por nível de risco:

Nível	31/12/2022			31/12/2021		
	A vencer	Vencidos	Total	A vencer	Vencidos	Total
A	2.347.051	49.813	2.396.865	1.679.743	8.399	1.688.142
B	39.820	46.996	86.816	56.079	560	61.639
C	64.280	69.523	133.802	67.827	2.035	73.862
D	77.682	69.260	146.942	91.111	9.111	100.222
E	15.441	80.092	95.533	28.660	54.787	83.447
F	10.476	74.155	84.631	42.315	51.525	93.840
G	8.695	61.766	70.461	49.323	46.422	95.745
H	33.556	265.608	299.164	211.063	211.063	422.126
	<u>2.597.001</u>	<u>717.213</u>	<u>3.314.214</u>	<u>451.022</u>	<u>2.258.557</u>	<u>305.861</u>

Complementar (*)

	31/12/2022	31/12/2021
	136.057	100.983
	<u>587.082</u>	<u>406.844</u>

(*) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 de 21/12/1999 do CMN, com base no julgamento e experiência da Administração.

A Financiadora efetuou a baixa de operações de crédito contra prejuízo após 180 dias da classificação no nível "H".

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão no montante de R\$ 15.367 (R\$ 128.171 em 31/12/2021). A variação entre os anos se dá pela venda da carteira inadimplente acima de 180 dias, realizada em agosto de 2021.

O indicador *Over 90* dos clientes da carteira do cartão bandeirado teve piora de 1,5 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior. Em 31 de dezembro de 2022, o indicador foi de 13,5% e 12,0% em 2021.

Esta variação é justificada pela venda da carteira acima de 180 dias de atraso realizada em agosto de 2021, sendo assim, a carteira atrasada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é menor que no mesmo período de 2022. Na hipótese de desconsiderarmos esta venda, os indicadores *Over 90* ficariam próximos nos dois períodos.

10. Outros instrumentos financeiros

	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber da Controladora (Nota 21)	21.749	69.115
Imposto de renda e contribuição social a compensar	59.913	89.871
Devedores diversos - País	94.753	76.842
Devedores por depósito em garantia	4.944	3.982
Outros (i)	14.261	20.639
	<u>195.620</u>	<u>260.449</u>
Circulante	158.355	183.300
Não Circulante	37.265	77.149

(i) Referem-se substancialmente a impostos sobre serviços a compensar.

11. Créditos tributários

A Financiadora adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 15% para contribuição social. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002 do BACEN e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade.

Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis.

(a) Natureza e origem dos créditos tributários

	31/12/2022			31/12/2021		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Provisão para perda associada a risco de crédito (Nota 9)	52.154	31.292	83.446	39.233	23.540	62.773
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 14)	119.699	71.819	191.518	112.767	67.660	180.427
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-	9.934	6.182	16.116
Outras	6.161	3.696	9.857	3.823	2.294	6.117
	<u>178.014</u>	<u>106.807</u>	<u>284.821</u>	<u>165.757</u>	<u>99.676</u>	<u>265.433</u>

Com base no atual nível de capitalização e operações da Financiadora e considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações; o atual cenário econômico; e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2022 tenham a sua realização futura da seguinte forma:

(b) Expectativa de realização

	Realização							Total
	2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2031		
Créditos tributários de imposto de renda								
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	52.154	-	-	-	-	-	52.154	
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 15)	-	-	-	-	-	119.699	119.699	
Outras	3.045	-	-	-	-	3.116	6.161	
	<u>55.199</u>	-	-	-	-	<u>122.815</u>	<u>178.014</u>	
Valor presente	<u>48.091</u>	-	-	-	-	<u>53.710</u>	<u>101.801</u>	
Créditos tributários de contribuição social								
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	31.292	-	-	-	-	-	31.292	
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 15)	-	-	-	-	-	71.819	71.819	
Outras	1.827	-	-	-	-	1.869	3.696	
	<u>33.119</u>	-	-	-	-	<u>73.688</u>	<u>106.807</u>	
Valor presente	<u>28.854</u>	-	-	-	-	<u>32.225</u>	<u>61.079</u>	

Para fins de determinação do valor presente, da realização futura, estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de 14,78% ao ano, referente ao custo médio de captação da Financiadora.

(c) Movimentação dos créditos tributários no período

No exercício findo em 31 de dezembro, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação, segregadas pelas bases para constituição.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, todos os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social haviam sido reconhecidos pela Financiadora.

	Saldo inicial	Adições	Realizações	Saldo final
Imposto de renda				
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	39.233	55.943	(43.022)	52.154
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 15)	112.767	6.932	-	119.699
Prejuízo fiscal	9.934	-	(9.934)	-
Outras	3.823	3.722	(1.384)	6.161
	<u>165.757</u>	<u>66.597</u>	<u>(54.340)</u>	<u>178.014</u>
Contribuição social				
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	23.540	33.565	(25.813)	31.292
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 15)	67.660	4.159	-	71.819
Base negativa	6.182	-	(6.182)	-
Outras	2.294	2.233	(831)	3.696
	<u>99.676</u>	<u>39.957</u>	<u>(32.826)</u>	<u>106.807</u>
	<u>265.433</u>	<u>106.554</u>	<u>(87.166)</u>	<u>284.821</u>
	<u>276.493</u>	<u>35.789</u>	<u>(46.849)</u>	<u>265.433</u>

(d) Despesa com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	31.471	23.010
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - 25% e 15% (Nota 3 (i)) - %	25	25
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(7.868)	(5.753)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	765	(1.298)
Adições / (exclusões) permanentes	-	914
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(7.103)</u>	<u>(7.051)</u>

12. Outros ativos

Aporte para expansão (i)

Comissões a apropriar (ii)

Despesas antecipadas (iii)

Outros

Total

	31/12/2022	31/12/2021
	43.754	4.286
	22.373	4.478
	13.393	2.116
	68	60
	<u>79.588</u>	<u>10.940</u>

(i) Investimento em abertura das lojas que atuam como nosso correspondente bancário.

(ii) As despesas de comissão por intermediação sobre captação de recursos de aceites cambiais e cédulas de depósitos a prazos são amortizadas linearmente pelo prazo de duração dos seus respectivos contratos, que variam até dois anos.

(iii) Os gastos com aquisição de materiais e insumos são relacionados com emissão de cartões de crédito e débito e são amortizados no prazo de três anos de forma linear, prazo no qual se espera a geração de resultados futuros.

13. Imobilizados e intangíveis

(a) Imobilizados

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo anterior	99.153	37.018
Aquisições	76.020	62.156
Depreciação	(23)	(21)
	<u>175.150</u>	<u>99.153</u>

(b) Intangíveis

	31/12/2022	31/12/2021
Intangíveis		
Saldo anterior	36.351	46.364
Aquisições	33.922	11.243
Amortização	(17.314)	(21.256)
	<u>52.959</u>	<u>36.351</u>

(a) Representados por instalações, móveis e equipamentos de uso e em curso.

(b) Representado por desenvolvimento e instalações de *softwares* em uso e em andamento.

14. Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos – Instituições financeiras e outros clientes

(a) Diversificação por produto

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos a prazo	1.846.910	731.414
Recursos de aceites cambiais	178.796	252.298
Contas de pagamentos	29.379	17.482
	<u>2.055.085</u>	<u>1.001.194</u>

(b) Diversificação por prazo

	31/12/2022	31/12/2021
Sem prazo	29.379	17.482
Vencimento até 365 dias	446.561	467.723
Vencimento acima de 365 dias	1.579.145	515.989
	<u>2.055.085</u>	<u>1.001.194</u>

Recursos de aceites cambiais referem-se às letras de câmbio emitidas pela Financiadora, pactuadas junto a terceiros. O resultado de recursos de aceites cambiais, em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 27.336 (R\$ 18.869 em 2021), 97,50% a.a. do CDI e com prazo médio de 0,5 ano (129,5% a.a. do CDI e prazo médio de 1,4 ano em 2021).

Resultado de operações de captações no mercado

	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Recursos de aceites cambiais	13.029	27.336	18.869
DPGE	56	615	26.683
CDB	122.915	195.571	16.754
Outros	1.062	1.721	1.461
	<u>137.062</u>	<u>225.243</u>	<u>63.767</u>

15. Provisões

As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Os critérios de reconhecimento e base de mensuração para determinação de contingências ativas e passivas levam em conta o estudo detalhado das ações judiciais e dos processos administrativos, e são baseados, também, na opinião profissional dos advogados patrocinadores dessas causas.

(a) Ativos contingentes - Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram reconhecidos ativos contingentes, tampouco existem processos classificados como prováveis de realização.

(b) Provisão para riscos fiscais (obrigação legal) - É decorrente de mandato de segurança impetrado, com o objetivo de questionar a constitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, levada a efeito com a promulgação da Lei nº 9.718/98. Requeveu-se, ainda, a declaração de inconstitucionalidade do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, bem como a declaração do direito das impetrantes de compensarem os valores indevidamente recolhidos. Em 27 de outubro de 2006, a liminar foi deferida determinando a suspensão do recolhimento das contribuições do PIS/PASEP e COFINS, nos termos do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98.

A Financiadora efetuou o recolhimento das contribuições do PIS/PASEP e da COFINS, de acordo com a liminar obtida e provisionando a diferença em relação à Lei nº 9.718/98 até dezembro de 2014, e a partir de 2015 passando a realizar os recolhimentos de acordo com a Lei nº 12.973/2014.

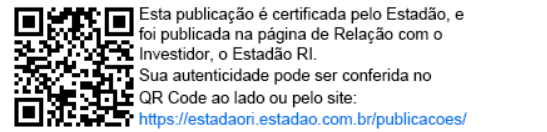
Em 31 de dezembro de 2022, o montante destacado como provisão para riscos fiscais é de R\$ 478.794 (R\$ 451.068 em 31 de dezembro de 2021).

As provisões são demonstradas como segue:

	PIS	COFINS	Total
Saldo inicial	63.052	388.016	451.068
Atualizações	3.876	23.850	27.726
	<u>66.928</u>	<u>411.866</u>	<u>478.794</u>
			<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	61.779	380.178	441.957
Atualizações	1.273	7.838	9.111
	<u>63.052</u>	<u>388.016</u>	<u>451.068</u>

(c) Provisão e passivos contingentes - A Financiadora constitui provisão relativa a processos fiscais, trabalhistas e cíveis com base na avaliação de risco efetuada pela Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos. As principais ações cíveis são relacionadas a relações de consumo. A provisão registrada nas demonstrações financeiras, no valor de R\$ 12.463 (R\$ 9.756 em 31 de dezembro de 2021) é considerada adequada pela Administração para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho dos processos em andamento. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos montam R\$ 19.541 (R\$ 11.041 em 31 de dezembro de 2021).

(Continua...)



PEFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

(anteriormente Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento)

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80

PEFISA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(...continuação)

16. Outros passivos	31/12/2022	31/12/2021	21. Partes relacionadas					
Sociais e estatutárias	-	25.000	(a) Transações e saldos	Os saldos referentes às transações com partes relacionadas, inclusive os respectivos efeitos em contas de resultado, efetuadas em condições normais de mercado, no que se refere a prazos de vencimento e taxas de remuneração pactuadas, são os seguintes:				
Imposto de renda	5.151	-						
Contribuição social	3.324	-						
PIS e COFINS a recolher	6.246	4.820						
Valores a pagar às sociedades ligadas (Nota 21)	56.356	203.665						
Pagamentos a efetuar a estabelecimentos credenciados (cartão de crédito) (i)	1.245.997	820.634						
Outras (ii)	120.058	94.392						
	<u>1.437.132</u>	<u>1.148.511</u>						
(i) Referem-se a débitos originários de aquisições de bens e serviços por usuários de cartão de crédito, pendentes de pagamentos ou estabelecimentos comerciais filiados.								
(ii) Referem-se a credores diversos a pagar e saldo credor portador.								
17. Patrimônio líquido								
Em 31 de dezembro de 2022, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 298.000.000 (298.000.000 em 2021) ações ordinárias no valor de um real cada.								
Aos acionistas está assegurado dividendo mínimo, correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício a ser aprovado por deliberação da Assembleia Geral Ordinária.								
Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovada pela Administração a distribuição de dividendos contra reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 20.000, pagamento realizado em 28 de abril de 2022.								
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de julho de 2022, foi aprovada pela Administração a distribuição de dividendos contra reservas estatutárias no montante de R\$ 30.000, os quais foram pagos na mesma data.								
Em 31 de dezembro de 2022, foram apurados dividendos, conforme demonstrado abaixo:								
	31/12/2022	31/12/2021						
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	42.381	11.950						
Dividendos - 25% base	10.595	2.988						
Dividendos complementares	39.405	62.012						
Dividendos totais	50.000	65.000						
Reserva de lucros - Estatutária								
Poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Financiadora, bem como para garantir futuras distribuições de dividendos.								
Reserva de lucros - Legal								
A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.								
O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.								
18. Receitas de prestação de serviços								
	2º semestre 2022	2022	2021					
Rendas de serviços prioritários - PF	9.187	16.906	11.162					
Cartão de crédito diferenciado	120.821	218.831	168.963					
Receita de outros serviços (*)	57.966	109.496	112.052					
	<u>187.974</u>	<u>345.233</u>	<u>292.177</u>					
(*) Referem-se às comissões recebidas de parcerias para oferta de serviços a usuários do cartão de crédito e débito.								
19. Outras despesas administrativas								
	2º semestre 2022	2022	2021					
Comunicação	4.011	6.875	7.143					
Processamento de dados	37.842	72.528	52.242					
Serviços técnicos	4.550	7.675	8.603					
Serviços do sistema financeiro	13.577	24.022	17.201					
Serviços de terceiros	19.703	38.938	28.373					
Despesas compartilhadas (Nota 21 (a))	67.562	122.921	94.801					
Depreciação e amortização	11.841	17.337	21.870					
Indenizações judiciais / cíveis	9.920	17.520	14.936					
Outras	5.606	15.523	19.339					
	<u>174.612</u>	<u>323.339</u>	<u>264.508</u>					
20. Outras receitas / despesas operacionais								
	2º semestre 2022	2022	2021					
Outras receitas operacionais	94.363	179.806	89.754					
Receitas de intermediação (cartão de crédito)	51.853	95.673	79.526					
Juros (*)	3.703	16.595	1.445					
Antecipações de obrigações	27.472	56.200	5.208					
Outras	11.335	11.338	3.575					
Outras despesas operacionais	(77.779)	(135.411)	(410.317)					
Descontos concedidos	(41.863)	(71.276)	(364.513)					
Despesas com cartão de crédito	(25.327)	(41.861)	(22.728)					
Correspondente bancário	(5.206)	(10.951)	(6.053)					
Outras	(5.383)	(11.323)	(17.023)					
	<u>16.584</u>	<u>44.395</u>	<u>(320.563)</u>					
(*) Referem-se às atualizações monetária de tributos a compensar.								

	Ativo (Passivo)		Receitas (Despesas)		
	dez/22	dez/21	2º semestre 2022	dez/22	dez/21
Arthur Lundgren Tecidos S.A. – Casas Pernambucanas (Controladora)					
Valores a receber (i)	47.484	94.664	-	-	-
Contas a pagar (ii)	(53.730)	(201.502)	-	-	-
Contas a receber / pagar (iii)	(2.626)	(2.163)	(101.002)	(114.598)	(101.774)
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos (iv)	(7.151)	(9.543)	(42)	(917)	(569)
Dividendos a pagar (Nota 16)	-	(25.000)	-	-	-

- (i) Referem-se, substancialmente, aos pagamentos de clientes financiados, efetuados na Controladora, que são repassados para a Financiadora no prazo médio de cinco dias, e o risco sacado conforme destacado na Nota 8.
- (ii) Referem-se aos valores a repassar à Controladora, em um prazo médio de cinco dias a vinte e oito dias, relativos a financiamentos de clientes.
- (iii) A Controladora e a Financiadora, em outubro de 2016, firmaram parceria na qual consiste em oferecer aos clientes, dentre outros, os seguintes produtos: cartão de crédito de circulação ampla (bandeirado) ou restrita (*private label*), operações de crédito pessoal, operações de crédito ao consumidor, distribuição de quaisquer outros produtos financeiros, previdenciários ou securitários, bem como quaisquer outros negócios, serviços ou produtos permitidos pela regulamentação do CMN, BACEN e da SUSEP. Todas as receitas e despesas são divididas entre as duas empresas, no modelo de *profit sharing*, 50% para cada uma. Esta divisão é feita mensalmente através da apresentação dos resultados do mês e a devida liquidação entre as duas empresas no mês subsequente. Em 31 de dezembro de 2022, o resultado da parceria está distribuído em despesas de *profit sharing* de R\$ 75.763 (12/2021 – receitas – R\$ 68.826), reembolsos de despesas administrativas de R\$ 9.909 (12/2021 – R\$ 25.975) e remuneração por serviços de empregados da Controladora de R\$ 6.826 (12/2021 – 6.973).
- (iv) Recursos de aceites cambiais referem-se às letras de câmbio emitidas pela Financiadora, pactuadas junto a partes relacionadas.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração
A remuneração paga aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 4.229 (R\$ 4.442 em 31 de dezembro de 2021), incluindo salários e encargos. A Financiadora não concede outros benefícios aos administradores e aos empregados, tais como: assistência médica pós-emprego, plano de pensão na condição de benefício definido ou contribuição definida ou, ainda, remuneração baseada em ações.

22. Resultados não recorrentes
Para fins do disposto na Resolução BCB nº 2/2020 considera-se resultado não recorrente, o resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição e que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Financiadora não apresentou resultados não recorrentes, em 31 de dezembro de 2021 houve o efeito de majoração da alíquota no crédito tributário da contribuição social de R\$ 12.866.

23. Limites operacionais (acordo da Basileia)
A Financiadora está enquadrada nos limites de risco estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2022 é de 11,80% (16,16% em 31 de dezembro de 2021).

	R\$ Mil	31/12/2022	31/12/2021
1. Patrimônio de referência		376.296	402.358
2. RWA			
- Risco de Crédito (RWAcpad)		2.941.260	2.252.531
- Risco de Mercado (RWAcam)		1.927	2.321
- Risco Operacional (RWAopad)		244.823	235.604
Total RWA		3.188.010	2.490.455
3. Capital mínimo requerido			
- Risco de Crédito		235.301	180.202
- Risco de Mercado		154	186
- Risco Operacional		19.586	18.848
Total capital mínimo requerido		255.041	199.236
4. Margem de capital mínimo requerido [1-3]		121.255	203.122
5. Capital adicional		79.700	49.809
6. Margem Pilar I [4-5]		41.555	153.313
7. Rban - Juros carteira não negociável		20.050	19.996
8. Margem Pilar II [6-7]		21.505	133.317
9. Índice de Basileia [1/2]		11,80%	16,16%

24. Eventos subsequentes
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de janeiro de 2023, foi aprovada pela Administração o aporte de capital de R\$ 50.000 os quais foram pagos na mesma data.

SÉRGIO ANTONIO BORRIELLO

Diretor-Presidente

MARCELLO MIRANDA

Diretor Vice-Presidente

WALTER HIRATA OUCHI

Diretor Vice-Presidente

MARCOS ANTONIO DE MELLO

Diretor / Controller

MARIA HELENA ROVANI

Contadora - CRC 1SP 198981/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Acionista e Administradores da

PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2023.



Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadouri.estadao.com.br/publicacoes/>